

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 137 - Agosto de 1977 - Crs. 1,00

Editorial

Democracia se impõe como exigência maior da Nação

A conjuntura política, que se desenvolve ainda sob o impacto das arbitrariedades contidas no chamado «pacote das reformas» de abril, encontra — para o presente e para o futuro — uma referência da maior importância na Carta aos Brasileiros, lançada pelos juristas paulistas.

Se compararmos as principais afirmações deste documento com manifestações outras, saídas anteriormente de segmentos distintos do pensamento político e social em nosso País, constatamos uma vez mais que a distância entre o regime e a grande maioria da Nação se amplia dia a dia.

Já se torna evidente que os brasileiros, em sua quase totalidade, exigem o estabelecimento de um Estado de democracia plena, onde os rumos do desenvolvimento sejam os mais justos porque resultem de um debate amplo e livre entre as diversas correntes políticas, filosóficas e ideológicas da Nação. De um debate em que os grandes ausentes de hoje — as massas trabalhadoras, a classe operária — estejam representados de forma plena.

Depois de treze anos e meio, este regime que se instalou em «defesa da Constituição e da democracia» já não consegue mais ocultar os seus verdadeiros objetivos antidemocráticos e antinacionais. E nem as terríveis consequências do sistema econômico, social e político, cuja existência ele garante pela violência e terror, ou pela demagogia.

Num tal quadro, não é surpreendente o aparecimento de um documento como a Carta aos Brasileiros. E depois dela, quem, no Brasil de nossos tempos, pode defender a legitimidade do regime a não ser os que se colocaram incondicionalmente a seu serviço? Até mesmo os que, de boa fé, foram iludidos em 1964, encontram nesse texto um instrumento que comprova a ilegitimidade do quadro jurídico atual.

E não é só isso. Há ainda uma série de conceitos básicos para a elaboração de uma nova ordem legal, inteiramente satisfatória para a atual etapa do desenvolvimento social.

Nossa concepção de democracia como uma questão de princípio, nosso apego ao pluralismo como uma necessidade no encaminhamento do processo político, nos permitem algumas afirmações que, cremos, são também do conjunto de forças democráticas.

O PCB não tem nada a acrescentar ao documento quando este diz que numa Nação desenvolvida é uma Nação que pode

manifestar e fazer sentir sua vontade. É uma Nação com organização popular, com sindicatos autônomos, com centros de debate, com partidos políticos autênticos, com veiculação livre de informação. É uma Nação em que o Povo escolhe seus dirigentes, e tem meios de introduzir sua vontade nas deliberações governamentais. É uma Nação em que se acham abertos os amplos e francos canais de comunicação entre a Sociedade Civil e o Governo.

Assim como sustenta inteiramente a conceituação sobre a Assembleia Constituinte, seu poder na elaboração de uma Constituição e sua legitimação pela participação irrestrita do povo, dos trabalhadores, através de seus representantes.

A Carta é, enfim, uma prova a mais do declínio histórico do regime fascista que, embora mantenha ainda a iniciativa do processo, (o que lhe permite desfechar contra-golpes até sérios), já não poderá recompor as bases do seu período de apogeu.

Diante de tal conclusão, que se apresenta aos democratas? Antes de tudo, a necessidade de compreender que o enfraquecimento da ditadura não significa que ela esteja moribunda, ou que caia por si. Pois a classe dominante — diz a Nota Política da CE, de junho — manobra para modificar o aparelho de poder «sem modificar essencialmente sua armadura institucional». Os democratas que, portanto, cifrassem suas esperanças nessa «saída» para o atual impasse, não poderiam deixar de levar em conta a instabilidade profundamente perigosa que daí resultaria, na medida em que o núcleo fascista manteria um espaço de manobra considerável.

Qual a tarefa, então, que se impõe? No fundamental, lutar para que a correlação de forças se mostre claramente favorável à oposição, o que se dará quando se conseguir quebrar o isolamento da classe operária, das massas trabalhadoras, no debate político permanente. É o setor da sociedade mais prejudicado pelo regime vigente e, objetivamente, o que tem mais interesse no seu fim. Uma solução que realmente interesse ao conjunto da Nação passa, consequentemente, pela quebra desse isolamento, tarefa que será grandemente facilitada na medida em que as forças democráticas concentrem seus esforços no estabelecimento de contatos permanentes no reforço da solidariedade intersetorial e das ações coordenadas. Em uma frase: impulsionando a organização das massas em torno de uma frente,

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA

NAÇÃO

A sucessão «presidencial»...



... e os «eleitores»

«... Na verdade, no temperamento de Figueiredo convivem posições de rigidez e tolerância... e seu lado flexível não vem de hoje. Desde 1964, dizem seus amigos, o general se preocupa com a distensão política e com o cumprimento dos propósitos democratizantes da Revolução. Há quem suponha, mesmo, que, se chegar à presidência da República, estará entre os seus principais objetivos a busca de caminhos que permitam devolver o posto a um político civil. (Veja, n.º 463).

Sempre há quem suponha... principalmente se convém saber. A apresentação do candidato João Batista Figueiredo foi praticamente inaugurada pela revista *Veja*, em artigo que tem tanto de repugnante, pelo seu cinismo quase inacreditável, quanto de didático, por corresponder sugestivamente a um figurino que não nos é estranho.

Agora, na revista, o general é um homem atormentado, um sofredor: pois não se preocupa ele, há 160 longos meses, com a sorte da democracia no Brasil? Pior: sendo seus dois «dogmas», que ele «segue fielmente há 52 anos», a Constituição e o pai, deverá estar próximo duma convulsão nervosa, duma crise depressiva, provocada pela dúvida e pela contradição. Dúvida sobre qual Constituição seguir fielmente, como a um dogma, visto que a ditadura que ele pretende chefiar já editou duas, e que a que está em vigor não vigora, anulada pela lei da selva, ou, juridicamente falando, pelo AI-5. Contradição, talvez até complexo de culpa, porque um dos mandamentos proclamados do pai era ser «contrário a uma ditadura militar».

Deixemos de lado o Sr. Figueiredo, mais um ilustre desconhecido do povo brasileiro que pleiteia ser favorecido pelo veredicto dos 12 generais do Alto Comando do Exército, assim como o Sr. Dilermando, que anda à cata da haste do estandarte democrático, para empunhá-lo em boa hora, ou o Sr. Frota, ou o Sr. Almeida, ou o Sr. Bentes.

Todos, como sabemos, ou ficaremos sabendo, democratas imperinentes, que apenas aguardam uma chance para pôr em prática seus amigados princípios e salvar-nos da ditadura integral diagnosticada, com olho clínico, pelo deputado Tancredo Neves.

Examinemos algumas dessas suposições de amigos que fizeram parte da crônica das «sucessões» da ditadura ou que são hoje invocadas, retrospectivamente, para condi-

mentar as especulações acerca dos desígnios profundos de nossos candidatos a ditador.

Começemos pelo Marechal Castelo Branco. Hoje, ele é apresentado como um democrata sincero, como um verdadeiro estadista cujos sentimentos democráticos deixaram saudades. O jornalista Carlos Castelo Branco chamou-o, recentemente, «herói civil», no sentido de ser um verdadeiro herói para os civis, face à truculência fascista de outros militares.

Mas o falecido Castelo Branco foi um «estadista» que prorrogou seu próprio mandato, como qualquer tirano de aldeia. Imposto à Nação por um golpe militar, coube-lhe instalar as bases disto que está aí: arrocho salarial, sindicatos reprimidos, estudantes sem UNE, trabalhadores sem estabilidade no emprego, submissão aos interesses do imperialismo em todos os terrenos (lembrem-se do Acordo de Garantia dos Investimentos estrangeiros, da intervenção em São Domingos): a lista seria interminável. Contrafeito, pobre democrata, assinou o AI-2, acabando com os partidos políticos e com as eleições diretas para Governadores.

Em seguida veio o «Seu» Artur, o também já falecido Costa e Silva. Que vendia a imagem de «aberto» e vagamente nacionalista. E hoje também apresentado como «de saudosa memória», como um homem que lutou ao custo da própria saúde contra o arbitrio. Seu grande mérito cívico? Ter assinado o AI-5 «contrariado»: A nossa história política anda tão aviltada que o herói da burguesia não é herói por ter-se oposto efetivamente ao arbitrio, mas por ter sido «constrangido» a sancioná-lo.

Íronicos da História: o sucessor de Costa e Silva foi apresentado — pela mesma *Veja* — como o «presidente [que] não admite torturas». Policial das Forças Armadas, formado em postos de segunda seção, o até então ilustre desconhecido Garrastazu Médici dirigiu-se à Nação como um homem do pampa gaúcho, vindo «da fronteira» (e, como tal, dotado de grande sentimento de fraternidade brasileira), que não queria que se atirassem «pedras no passado», preferindo que com elas fosse «construído o futuro».

Este terá feito ferver nas veias o sangue do povo gaúcho e dos gaúchos ilustres e de boa formação. Os brasileiros, em geral, logo perceberam que tinha havido um erro de interpretação: quando Garrastazu falava em «não atirar pedras no passado», era nos

«bons tempos» do integralismo que estava pensando. Sob sua férula, a tortura e o terror foram institucionalizados, imperou a censura prévia, a chantagem da pena de morte foi acionada, inovamos em matéria de instituições públicas com o decreto «secreto», a corrupção nos aproximou do vizinho Paraguai, o ministro Delfim pôs e dispôs à sombra do AI-5.

Como que convidados a sair dum pesadelo, os brasileiros tomaram conhecimento das propostas do general seguinte, candidato imbatível, já que ostentava a assombrosa soma de oito estrelas. Dessa vez, como disse o falecido Ademar de Barros, iríamos mesmo, conduzidos pelas mãos sensatas de Geisel através duma lenta, gradual e segura «distensão». Com pouca lentidão, um quase imperceptível gradualismo e uma implacável segurança chegamos até aqui: às dezenas de assassinatos de comunistas, democratas e patriotas; aos milhares de prisões, a uma tortura cada vez mais científica e impune; às bombas da «AAB»; ao «pacote» de abril, ao fechamento do Congresso, à cassação do líder da oposição, a lei Falcão; à perseguição sistemática de religiosos, ao chafalho nas costas dos estudantes.

Aonde quer que chegar o articulista? perguntará o leitor. A afirmação de que a morte de Castelo Branco não teve o menor interesse para a «linha dura»? De que tanto fazia vigorar a Constituição de 1967 como o AI-5? De que Pedro Aleixo e a Junta Militar significavam a mesma coisa? De que, entre o continuismo de Médici e a ida de Geisel para o poder, não havia a menor diferença?

Não, não se trata de estimular o primarismo de análise que ignora as contradições e conflitos do regime e que, assim fazendo, prejudica a apreensão mais rica — através de uma de suas expressões possíveis — do que é fundamental: o movimento geral da sociedade, impulsionado pelas contradições básicas existentes em seu seio.

Não, trata-se de, mesmo examinando processos de participação mais do que restrita, como são os de escolha do ditador sucessor, vê-los em seu contexto mais amplo. Para compreendê-los melhor, evitando tanto o impressionismo como a falta de sensibilidade. E fugindo à sedução recorrente das fusões voluntaristas. Pois um nome não exprime um programa, como pretende fazer crer o jogo dos que concebem as mudanças políticas como algo que não mexa na natureza do regime, ou daqueles que, parceiros dos primeiros, não cogitam de mudanças e nem querem ouvir falar nelas.

No momento em que a «sucessão» vai para a primeira página dos jornais, encaremos cruamente a realidade: em abril de 1964 instalou-se em nosso País um processo de fascistização. Com uma dinâmica de exclusão cada vez maior do povo das decisões políticas. O Brasil fascistizou-se e é esta dinâmica que rege os processos políticos, entre eles o surgimento das candidaturas à «sucessão».

Enquanto a questão do poder não estiver subordinada a um movimento efetivo de reconquista das liberdades democráticas, estaremos condenados a assistir, a cada processo de substituição de ditador, a este espetáculo de dupla falsificação: falsificação retrospectiva e prospectiva das intenções desses generais que saem das sombras para reinar sobre a vida e sabotar o futuro duma Nação de 115 milhões de habitantes.

Isolamento das massas trabalhadoras: deficiência a ser superada para que se consolide avanço dos democratas

Em meio à sucessão de acontecimentos que, de forma acelerada, se desenvolvem no cenário nacional, certos referenciais de análise adquirem importância particular. Porque se os fatos ensinam, e ensinam mais do que qualquer coisa, eles podem também confundir. Sobretudo se o pensamento que deve interpretá-los não está suficientemente organizado — e num País onde a existência dum regime fascista impede, falseia e deforma o debate político.

No processo que estamos vivendo, duas ordens de elementos devem ser valorizadas. Dum lado, a reanimação e ascensão do movimento de massas e da luta pela democracia, de modo geral. De outro, e em ligação com isto, os conflitos no seio do regime e suas dificuldades, que se acentuam e começam a fugir à órbita estreita em que tem sido tratados e resolvidos.

Os fatos que atestam a existência desses fenômenos são conhecidos. No campo da democracia, uma série — que não cessa de se enriquecer — de manifestações de setores, entidades e personalidades da vida nacional, fazendo contraponto com lutas de massas, como as que se desenrolam no âmbito da Universidade. Aqui, o contraste é produzido pela ausência da classe operária, do conjunto dos trabalhadores, do terreno onde se dão os embates políticos.

No campo da ditadura, a forma adquirida pelo processo de sucessão do ditador mostra que a insatisfação atinge setores tradicionalmente beneficiados e identificados com o regime, em grau até aqui inédito, como indicam manifestações partidas do interior mesmo das Forças Armadas. O problema, aqui, é que os autores dessas manifestações não têm em mente a democracia: usam o conceito para exprimir algo que é estranho a ele. Da mesma maneira que a apresentação da «candidatura» do Sr. Magalhães Pinto, se foge às rígidas regras até aqui observadas no campo do regime, está longe de definir, por si só, uma ruptura.

Os comunistas não podem analisar o curso dos acontecimentos perdendo de vista o referencial mais importante, que é a luta de classes. Não que se deva

submeter a visão do concreto a esquemas de raciocínio que, aparentando «tudo explicar», podem conduzir, na verdade, ao mais pobre dos subjetivismos. Mas, juntando o que conhecemos da teoria revolucionária à nossa experiência e à nossa prática política, podemos valorizar as potencialidades promissoras do processo e, ao mesmo tempo, ter em conta suas limitações.

No estágio atual da luta de classes em nosso País, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores não ocupa, no espaço político, o papel que corresponderia à sua presença econômica e social. É por isso que não há uma linha organizada de desenvolvimento da resistência democrática. E, conseqüentemente, não se pode cogitar, agora, da passagem a uma fase em que a correlação geral de forças permita substituir a atual posição defensiva por um movimento ofensivo.

Disto tudo resulta que setores da própria burguesia encontram condições para desenvolver projetos de condução dessa resistência, de olho num momento em que a luta contra a ditadura passe a ser ofensiva. E que outros setores possam trabalhar com desenvoltura para evitar que a derrocada deste regime tenha conseqüências efetivamente democráticas. É por isto que chamamos a atenção para as limitações do período em que nos encontramos.

Que fazer? Desprezar as possibilidades positivas do processo? Entregar à burguesia e aos setores que ela conseguir incorporar à sua direção o comando da luta? Numa palavra: isolar-se?

É claro que não.

Nossa interferência no que está acontecendo corresponde a uma necessidade profunda das massas trabalhadoras, do povo. Mas não poderá ser exercida sem essas massas, sem esse povo. A atuação dos comunistas, seus simpatizantes e aliados, dos brasileiros e brasileiras de esquerda, progressistas e democratas deve ter como centro os problemas mais sentidos das camadas mais amplas da população, que as mobilizam em massa, fazendo-as dar um passo adiante no caminho da luta, da organização e da conscientização.

Luta-se hoje, no Brasil, em torno de reivindicações econômicas, sociais, gerais, específicas. Nas empresas, nos sindicatos, nos bairros, nos conjuntos habitacionais, nas municipalidades, nas faculdades, nas associações de classe. Ai está a matéria-prima, o ponto de partida. Ai estão os focos inarredáveis de resistência, as ilhas de democracia.

No horizonte visível da participação das massas, o que liga tudo isto, politicamente, são as eleições. Porque os processos eleitorais, no Brasil de hoje, têm sido muito mais do que meras campanhas para angariar votos para este ou aquele candidato.

A abertura do processo eleitoral para as legislativas de 1978 é uma forma de investir politicamente naquilo que tem sido o conduto mais amplo de convergência das lutas de resistência. Para que se moldem os compromissos das expressões parlamentares do campo democrático. Restringindo, através da maior inserção possível das massas na luta política, o campo de manobra de que dispõe a ditadura para resolver, da maneira que lhe convenha, as contradições de que está carregada a «sucessão».

Esta orientação dos esforços não se traduziria primordialmente na apresentação de nomes, mas no levantamento e discussão de problemas, na proposição de soluções, na elaboração de programas que reflitam claramente os interesses e as aspirações dos brasileiros, tanto em relação às questões que lhes são específicas como em relação àquelas que lhes dizem respeito como cidadãos.

No centro das discussões, a questão da democracia. Concretizada na proposta que o PCB avançava em seu VI Congresso, há 10 anos, e que é cada vez mais uma proposta nacional: a convocação dum Assembleia Constituinte que, pelo caráter plenamente democrático de sua eleição, represente o fim do regime e não sua prorrogação, em novos moldes.

Organizar as lutas de massas e articulá-las no processo eleitoral e na campanha pela convocação da Constituinte é colocar obstáculos à solução de exacerbação do fascismo que não poucos, representando interesses poderosos, lutam para ver vitorioso.

O VOTO É UMA ARMA DO POVO



A culpa é da pobreza...

A política econômica é de concentração. Como consequência, a fome e a subnutrição se fazem presente para uma grande maioria de brasileiros. Solução do regime: um controle de natalidade malthusiano para evitar que os privilégios de uma minoria sejam tocados. Como instrumento de propaganda, fascículos da Benfam.

desenvolvem a partir do organismo materno, antes ou durante a gestação. É portanto na mãe que se podem verificar as possibilidades de risco, e é tratando-a, na maioria dos casos, que se eliminam as causas de perigo para a criança. E, pois, logo no início da gestação que se revela importante identificar se há ou não riscos. Por que, então, estaria o governo interessado em identificar o maior número de casos de risco daí por diante? Não se trata, evidentemente, de dar ao grande número de mulheres que apresentam certamente as características de risco definidas pelo Ministério da Saúde a assistência necessária para que possam ter os filhos que desejem, mas sim de encontrar o maior número de mulheres passíveis de receberem pilulas das mãos de um pediatra do INPS, com o objetivo de fazer baixar a taxa de natalidade.

Ao apresentar como solução para o problema de risco a distribuição de pilulas anticoncepcionais, a ditadura está objetivamente declarando que a causa do risco é a própria criança. E que para evitar o risco é necessário evitar o filho.

Na verdade, a ditadura não pode desconhecer que há causas biológicas (congenitas ou hereditárias) e causas sociais do risco, e que uma verdadeira política de proteção materno-infantil deveria agir sobre ambas, eliminando-as ou diminuindo ao máximo seu efeito. Mas isto seria realmente impossível de ser cogitado por um regime cuja essência da política econômica é a concentração e não numa justa distribuição da riqueza nacional.

Atualmente o risco é em grande parte evitável, sem que para tanto seja necessário evitar o nascimento. Os objetivos de ciência médica são de diminuir progressivamente, até chegar à sua eliminação total. A maioria dos acidentes aos quais é exposto o recém-nascido seriam evitados se, nos casos facilmente previsíveis (que constituem a maioria), as mulheres recebessem o tratamento necessário durante a gestação, se existissem centros de tratamento imediato aos recém-nascidos com risco, e se as condições de vida, de saúde e de trabalho das mulheres brasileiras — principalmente das que fazem parte do mundo do trabalho na cidade e no campo — fossem melhores. É, portanto, um dever dos democratas e dos movimentos de mulheres lutar para assegurar às mulheres brasileiras o direito de ter uma criança normal, no momento desejado e nas melhores condições de atendimento, para elas e para o filho.

Se as causas do risco são biológicas ou sociais, é evidente que, em ambos os casos, são os filhos e as mulheres das classes trabalhadoras que se colocam na linha de ti-

ro. Porque é impossível não levar em conta — para as duas hipóteses — as condições sócio-econômicas em que vivem essas classes, condições essas bastante agravadas pela atual política econômica concentracionista da ditadura, e que tornam inacessível à grande maioria um atendimento médico indispensável à garantia de um mínimo de saúde e de prevenção e eliminação dos riscos inerentes ao parto.

Qualquer mulher, do campo ou da cidade, que se alimenta mal, porque outra hipótese não lhe é permitida pela renda familiar; que tenha que trabalhar fora e/ou em casa muitas horas por dia; que tenha que carregar muito peso e andar muitas horas por dia em transportes sem conforto; subir e descer ladeiras e escadas; que já tenha tido problemas ginecológicos, feito aborto ou tido filho prematuro, essa mulher estará certamente incluída na categoria do risco. E são as próprias estatísticas oficiais que comprovam estar a grande maioria das mulheres trabalhadoras reconhecidas dentro de tais premissas, só justificáveis nos quadros do regime em que vivemos.

Constatar esses dados técnicos iniciais é o primeiro passo para traçar uma política de proteção materno-infantil justa, agindo para a eliminação do risco. E é aí, na busca da solução para eliminá-lo, segundo as atuais proposições do Ministério da Saúde, que se evidencia a ruptura entre os interesses das mulheres, e do povo brasileiro, e os interesses do regime.

A maioria dos casos — dentro de uma política voltada para o desenvolvimento sadio de nosso povo, e não de sua limitação — seriam evitados pelo controle médico mensal gratuito à gestante (com alguns exames básicos regulares, e exames especiais no caso de aparecerem os sintomas biológicos de risco) e recurso à hospitalização quando necessário. E pela criação de centros de atendimento aos recém-nascidos, nos casos em que o risco não pode ser evitado. Tudo, é claro, dentro de um quadro em que tais medidas seriam complementares à melhoria da assistência médica à população em geral. Isto, aliás, é o que já se passa, mesmo nos países capitalistas, onde não se aceita que as questões de saúde sejam problema de lucro empresarial.

O aspecto mais geral de tal política — e é quando se constata a total impossibilidade de que ela seja aplicada nas condições atuais do nosso povo — é o que prevê a melhoria das condições de vida das mulheres das classes trabalhadoras. Ou seja, elevação dos salários ao nível das necessidades reais das famílias, igualdade salarial para a mulher — normalmente super-explorada em relação ao homem quando exercendo o mesmo tipo de atividade —; abonos maternidade e natalidade; melhoria das condições de trabalho; observação do direito de mudança de posto quando o trabalho da mulher implica em um cansaço físico acentuado; direito de interrupção do trabalho, com autorização médica e sem perda de salário ou do emprego, quando a mulher sofrer ou revelar efeitos de fadiga durante a gravidez; creches; melhoria do sistema de transportes coletivos; etc.

Esta política deveria ser completada pela divulgação de meios contraceptivos sob estrita observação médica (permitindo às mulheres aumentarem o intervalo entre duas gestações, e diminuir o número de abortos).

O governo está iniciando um programa de controle da natalidade. Segundo o Ministério da Saúde da ditadura, o programa de distribuição gratuita de pilulas anticoncepcionais às mulheres é necessário para a proteção materno-infantil e para a diminuição do número de gestações que apresentam características de alto risco. Segundo o próprio Ministério, estaria aí a razão da mortalidade ligada ao parto, e da mortalidade no momento do nascimento, ou nos primeiros dias após o nascimento. A proposta do programa, o Ministro da Saúde declarou ser o mesmo baseado em critérios puramente médicos; tratar-se-ia de estimular o consumo de pilulas com o objetivo de prevenir gestações em intervalos muito curtos que, segundo o Ministro, «poem em risco a saúde materna e a qualidade biológica do filho».

Enquanto critério técnico, este é perfeitamente justo, ainda que incompleto. Entretanto, o que é um critério válido, utilizado nos meios médicos de muitos países para proteger a mãe e a criança, está sendo posto em prática pela ditadura brasileira para encobrir a execução de uma política de controle forçado da natalidade baseada na tese malthusiana (a pobreza das classes trabalhadoras se acentua porque essas classes têm uma alta taxa de fertilidade).

Em primeiro lugar, devemos ter claro de quem corre risco é o recém-nascido que, no momento do parto, apresenta certos problemas que podem levá-lo à morte ou à lesão física, ou cerebral, caso não conte com cuidados intensivos imediatamente após o nascimento. Existem quatro tipos de risco para os recém-nascidos: nascer antes do tempo (prematuros), nascer no tempo mas pesando menos de 2kg e 500gr (hipotrofos), nascer depois do tempo e, finalmente, nascer com uma doença congênita ou hereditária. Crianças que nascem com tais problemas necessitam de imediata assistência médica.

Mas se é o recém-nascido quem corre o risco, os fatores que para isto concorrem se

tos efetuados em condições nocivas à sua saúde), como meio de não só reduzirem a taxa de risco, mas também como medida que lhes permita decidir livremente o momento em que desejarem e podem ter um filho.

A ditadura, por seu lado, encontrou uma outra solução para o problema do recém-nascido com risco: impedi-lo de nascer. A causa do risco é deslocada: já não é mais a doença da mãe ou da criança, nem os fatores sócio-econômicos que levam ao cansaço, à subnutrição, ao aborto repetido. A causa passa a ser a própria criança, e como tal esta deve ser evitada para que se atinja ao «desenvolvimento com ordem».

Trata-se de uma medida ditatorial, desumana, contra as mulheres e contra o nosso povo; friamente calculada, na medida em que parte demagógicamente de um critério justo de diagnóstico médico, para realizar, em última instância, os objetivos de interesse do grande capital. E isto fica bem explícito quando recorremos, por exemplo, a um documento enviado pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul ao governo do Estado, onde se aprova o projeto de planejamento familiar nos termos duros que se seguem: «O problema demográfico será resolvido de uma forma ou de outra. Iremos resolvê-lo pela fome? Iremos resolvê-lo pelos distúrbios de rua? pela violência a que homens esfomeados podem recorrer?...»

Esta é a preocupação real das classes dominantes. Este é o problema que a ditadura quer resolver pela demagogia e pela força.

Pela demagogia, ao apresentar o programa como medida de proteção ao grupo materno-infantil, ou como «medida democrática que dá às classes pobres o acesso a que já têm as classes média e superior», segundo o Ministro da Saúde.

Pela força, desde que os interessados, sobretudo as mulheres trabalhadoras, não podem dar sua opinião e serão constrangidos, pela própria política econômica da ditadura, a reduzir o número de filhos, já que estão impossibilitados de tê-los ou, tendo-os, de criá-los.

Esta medida e suas consequências sociais mostram claramente que o encaminhamento real de soluções para os problemas específicos das mulheres só será possível com a derubada da ditadura, com o fim do regime atual. Só assim se poderá permitir que cada casal possa decidir livremente, de acordo com sua consciência, concepção religiosa ou filosófica, o número de filhos que deseja ter, e o momento de tê-los. Só em um regime democrático se podem criar as condições para que as mulheres tenham à sua disposição os meios para que esta opção seja possível nas melhores condições; de um lado, meios materiais e médicos para que uma gravidez desejada possa ser levada a termos (corra ou não risco), e de outro os meios para evitarem filhos quando assim o desejarem.

Mas tal possibilidade só pode se concretizar dentro de um regime voltado para os interesses das classes trabalhadoras e do povo; um regime democrático onde as mulheres e todos os cidadãos possam se manifestar livremente e participar da elaboração e da aplicação das decisões que melhor respondam às suas necessidades e aspirações.

Maria Goretti

Lutar pela democracia não contradiz etapa antiimperialista

No número 422 do PASQUIM, o articulista Sérgio Augusto levanta um tema muito importante na realidade brasileira de nossos dias, ao se indagar (através de comentário de artigos de Paulo Francis) sobre as prioridades da esquerda nas questões concernentes a nacionalismo, democracia e direitos humanos.

Sérgio Augusto manifestaria mesmo o desejo de presenciar um debate entre Francis, Glauber Rocha, Saturnino Braga, Fernando H. Cardoso e alguns teóricos do PC (onde achá-los? seria possível reuni-los a descoberto?).

Antes de mais nada, é preciso esclarecer o seguinte: o PC, no momento em que houver uma democracia em nosso País — o que pressupõe a sua legalidade — não vai se omitir em nenhum debate sério, mesmo que para ele não seja convidado. Se não o faz hoje de forma aberta — o que ocorre com a maioria imensa de brasileiros —, isto se deve ao fato de a Nação viver sob um regime de terror e opressão diante do qual o PC se honra de ser considerado o inimigo maior, mesmo conhecendo o preço de tal posição.

Estabelecido o primeiro ponto, haveria ainda um pequeno reparo naquilo que o articulista considera esquerda no Brasil, pelo menos se tomamos como critério a totalidade dos nomes propostos. Digamos que se trate de um debate entre correntes distintas de pensamento; um debate amplo em que até alguns «agregados» recentes às ideias deste regime estariam presentes.

Feitas as considerações de forma, passemos ao tema, concretamente. De saída, para dizer que consideramos falsa a contradição insinuada nacionalismo/democracia. Quem joga nisto é a ditadura e os porta-vozes dos grandes monopólios. Na VO n.º 127 (agosto/setembro, 76) dizíamos: «O que está por trás do debate sobre «estatização» e «privatização» de nossa economia não é patriotismo, nem tampouco amor pela democracia. É tão incorreto ligar liberalismo econômico a democracia, quanto fazer o mesmo na relação antiimperialismo/estatização, nos quadros do atual regime. Ao povo brasileiro interessa a defesa das empresas estatais, mas com o restabelecimento de um regime verdadeiramente democrático». Tratava-se da apresentação do artigo *Democracia não é desestatização*.

O que se tem que ter em conta, de fato, é a prioridade em torno da proposição capaz de encaminhar de forma mais concreta e permanente a luta de nosso povo no rumo da conquista e da concretização de suas aspirações maiores. Uma luta que parte da necessidade de dar fim ao regime atual, mas com os olhos permanentemente dirigidos para aquilo que vai substituí-lo. E, nesta perspectiva, a questão da democracia assume um caráter decisivo na concepção dos comunistas, na medida em que para nós é

inadmissível imaginar soluções corretas, justas e também estáveis para os grandes problemas da Nação, sem que o povo — e em particular a sua vanguarda, a classe operária — tenham acesso pleno à participação nos debates nacionais.

Nossa preocupação é permanente neste ponto. E sem querer entrar em esquemas de citações seguidas, limitemo-nos a reler um dos últimos números de VO — n.º 134, maio de 77 — em pelo menos dois de seus artigos. Um deles, *A questão da democracia no Brasil de hoje* inicia o prólogo com a seguinte afirmação: «O caráter prioritário da questão democrática na realidade atual». O outro, *Unidade para a democracia: a chave da leitura dos documentos do PCB*, toma a questão por um enfoque diferente, e recorre a um trecho da Declaração de nossa Comissão Executiva (publicada na VO n.º 131) onde se lê: «Por princípio, e precisamente por sermos partidários da transformação socialista do Brasil, sempre lutamos pelas liberdades democráticas e pelos interesses dos trabalhadores. Vemos na democratização da vida nacional, na incorporação de milhões à vida política do País, o meio de realizar as grandes reformas históricas que abrirão, no Brasil, o caminho para o socialismo». E se houvesse necessidade de citar mais ainda, bastaria que tomássemos o espírito do nosso último Manifesto, através do qual o povo brasileiro pôde constatar uma vez mais a nossa total identidade com a causa da democracia.

Quanto ao problema dos direitos humanos — sem pretender o monopólio de nenhuma bandeira de luta de nosso povo —, o PC tem consciência da importância de sua participação na defesa desse princípio em todos os setores da vida nacional, muito antes que ele se transformasse em moda à custa dos «discursos» da administração Carter.

E tal importância é reconhecida pelo povo brasileiro, queiram ou não os «candidatos presidenciais» repentinamente «ganhos» para este tema, quando dizem não considerarem normal que ele pertença, como bandeira, aos comunistas. Nós, mais modestamente, não o consideramos como bandeira exclusivamente nossa, mas temos certeza que não é o comandante de uma das principais unidades de nosso Exército, cuja seção de segurança já assassinou vários de nossos companheiros e muitos outros patriotas de tendência ideológica distinta da nossa, quem nos vai dar lição sobre o tema.

Quanto à posição que as esquerdas devam assumir no Brasil com respeito às posições discursivas da administração Carter a respeito desta questão, ela deve ser bastante refletida, tendo em conta, antes de tudo, as medidas concretas. E não nos parece que um governo que se diga essencialmente de «cordão» com a ditadura brasileira sobre este problema seja o mais sincero em tais propósitos (sobre a «administração Carter», ler a seção internacional nesta edição).

Isto dito, que fique claro não ser da esquerda brasileira a ideia de que a luta pela democracia e pelo respeito aos direitos humanos não seja importante. Pelo menos não que nos concerne, e no que concerne aqui-lo que se convencionou chamar oposição ao regime. Consequentemente, é difícil que se possa considerar o autor de ideia contrária como parte do conjunto de oposições, ou, por mais forte razão, da esquerda brasileira.



O governo brasileiro espera ansioso a visita do Secretário de Estado americano, Cyrus Vance, anunciada para outubro. Mas é verdade que não consegue ocultar a «estraneza» diante das datas impostas pelo visitante para uma curta estada de dois dias: um deles cai em um sábado — quando os organismos oficiais não funcionam — o que não deixa de dar aquela impressão de «aprovelta» esses dias que a gente não tem nada marcado, e vamos até lá liquidar essa obrigação de visita. Ou seja, aquele tipo de decisão que é tomada como se não houvesse nada de importante a decidir.

Pois é... a ditadura, desta vez, não vai caber a chance de jogar todo o seu aparato propagandístico no encontro — como fez com Kissinger — porque seguramente, na pauta de discussões, não vai haver espaços para protocolos sobre «relações bilaterais especiais». O que, sem dúvida, não vai estar a gosto dos que pensam que a imagem de «Brasil, grande potência emergente» possa se dar nos quadros de um regime fascista dependente das decisões das grandes multinacionais, ou dos centros financeiros onde eles têm suas bases.

O que é certo é que algumas inovações da administração Carter já começam a tomar forma definitiva, o que nos permite algumas afirmações. Em primeiro lugar, não houve mudança essencial nas relações do governo Carter com as classes dominantes brasileiras; e nem poderia haver se partimos da constatação de que são os monopólios americanos os que ocupam maior área na dominação da nossa economia. Isto, evidentemente, torna um pouco difícil livrá-los da «culpabilidade» para não dizer orientação e apoio maior no campo internacional — com o atual regime. Se é fato que a visita de Rosalyn Carter resulta em um programa de televisão em cadeia nacional nos Estados Unidos, onde os religiosos americanos torturados no Recife revelam os métodos de nossos serviços de segurança, isto não impede que logo depois se revele uma declaração oficial do governo com respeito às «concepções idênticas sobre os direitos humanos» que tem com a ditadura brasileira.

Estes são os fatos, e nem poderia ser de outra forma.

O que pode ser posto em questão hoje, não só para o governo americano mas também para alguns de seus prepostos nas finanças brasileiras, não é a essência dependente do regime atual, mas sim os seus mé-

O que quer Mr. Carter?



todos sanguinários de poder. Não porque os neguem por princípio — até pelo contrário —, mas sim porque eles podem já não ser tão úteis, tanto no quadro interno sacudido pela ênfase de democracia e liberdade dos mais distintos setores sociais, quanto no da correlação de forças internacionais.

O que se revela de forma clara, hoje, é que se torna cada vez mais difícil ao imperialismo vestir sua nova fantasia liberal, que faz de seus homens de Estado «defensores dos direitos humanos», sem lavar as mãos em relação a métodos compatíveis com a época que se podiam dar a o luxo da intervenção militar direta. Época que não abandonaram por escrúpulos, mas sim, repetimos, em função da nova correlação de forças mundial, assim como do desenvolvimento de uma opinião pública interior nos Estados Unidos que já não pode ser desprezada. Enfim, e em termos reais, a nova administração americana não pode buscar caminhos novos dentro de sua política neocolonialista, se mantém relações estreitas e permanentes com governos que têm as mãos muito escandalosamente sujas de sangue.

Em tais condições, não é por acaso que o jornal *Le Monde* (10/VIII/77) chama a atenção para a reunião que se realizou em Bogotá — sob pretexto de solidariedade com o Panamá, mas tratando seguramente de outros assuntos — entre chefes de governo que respeitam os quadros da democracia burguesa no continente latino-americano, a do interesse e apoio que, seguramente, a administração americana concedeu a esse encontro.

Não é sem lógica, Sobre o que se possa pretender com tal apoio, a Nota da Comissão Executiva do PCB (VO n.º 135) afirma, por exemplo, que as classes dominantes brasileiras e a administração Carter podem chegar a um «acordo» em que se façam até mesmo concessões ao conjunto de forças democráticas em questões secundárias, como forma de guardar o fundamental. E o trecho em que a Nota diz que se assiste hoje a um processo de definições das diversas correntes políticas nacionais, interessadas em buscar uma alternativa ao quadro existente. De um lado, encontramos os setores que, provenientes do próprio campo das forças ditatoriais, e constatando o nível de desgaste a que chega o regime, procuram efetuar substituições no aparelho de poder, sem modificar essencialmente sua armadura institucional. De outro lado, an-

contramos, uma parcela da oposição legal que, a partir de revogação de legislação de arbitrio e terror que o fascismo implantou no Brasil, busca lançar as bases de um novo sistema jurídico-institucional que conduza à criação de um Estado de democracia restrita.

Ora, em que, fundamentalmente, as duas proposições ferem os interesses dos capitais americanos (e alemães — os segundos mais cotados na lista de investimentos) no Brasil? Em que tais proposições estarão em desacordo com as jogadas neocolonialistas que a administração Carter (segundo planejamento estrito da famosa «Trilateral» — que reúne as cabeças do grande capital internacional) vem fazendo a nível mundial? Seguramente em nada. A chamada saída social-democrata «por cima» não ferirá os interesses maiores da estratégia de política externa norte-americana, e até mesmo se revela (nestes tempos em que Portugal, Grécia e Espanha fizeram do continente latino-americano, e do Cone Sul em especial, um anacronismo no quadro da realidade internacional bastante eficiente, na medida em que empresta cores mais suaves à exploração que os grandes monopólios realizam sobre a classe operária e os trabalhadores em geral.

Claro que isto não representará nunca o abandono; por parte do governo americano, do regime ditatorial atual enquanto este mantiver a iniciativa da ação, e conseguir limitar a atividade política da oposição. Da mesma maneira que em outras áreas e em outros continentes (Chile de Pinochet, com suas «promessas eleitorais» para 1981; África Austral, onde o «simpático» Young jogou tudo para impedir que o conflito racial se transforme em conflito social) — se é que isto é ainda possível — de forma à que o capital americano continue a determinar — como o faz hoje na África do Sul «branca» — os rumos que se empreenderão ao desenvolvimento econômico) ele vai buscar outras saídas — onde os contatos com a oposição serão mesmo abertos — para manter o jogo à sua feição.

Resumindo, e até repetindo alguma coisa. Não se pode compreender a administração Carter como produto de «inexperiência» ou «bba-tê de um homem com espírito religioso». Isto seria, no mínimo, uma imprudência política, capaz de fazer aceitar que, em relação a nosso país, esta «inexperiência» pudesse se voltar contra os interesses americanos voltados para a manutenção da dependência como essência do atual regime.

Carter é, isto sim, o produto trabalhado por essa verdadeira Internacional do Capital, que é a Comissão Trilateral, apresentado para impedir que as contradições que espocavam no seio da sociedade americana — produto, também, da política externa intervencionista, impensável no quadro internacional atual — resultassem na eleição de uma «utopia» para a presidência da maior potência imperialista da terra, o que poderia criar alguns problemas ao grande capital.

Carter é, então, o homem utilizado para, através de efeitos de forma, desmobilizar os «liberais» de todo o mundo, com a imagem do «paladino» da renovação reforçada pelo sorriso de marca. O mesmo sorriso que colaria o anúncio da bomba de neutrônio, a qual a imprensa, internacionalmente, muito bem identificou como a «bomba do capitalismo»; mata os homens e protege os bens materiais.

Representação inoportuna

Na Conferência Interparlamentar, realizada na cidade do México, em julho, faziam parte da delegação brasileira o Senador Eurico Resende e o deputado Ulisses Guimarães. Um, moço de recados da ditadura; o outro, um dos líderes da oposição ao atual regime.

Sobre a Conferência, o *Informe JB* se estendeu em considerações sobre dois aspectos específicos. O primeiro, dizendo respeito à «surpreendente» ausência da representação brasileira na composição das comissões de trabalho. O segundo, para elogiar a «elegância» do deputado Ulisses Guimarães que se recusará a externar, por se encontrar fora de nossas fronteiras, sua condição de democrata perseguido.

Ora uma coisa não vai sem a outra. Não há, em todo o mundo, quem negue o caráter autoritário e antilegal da ditadura brasileira. E sem conhecer em detalhes os critérios da Comissão Interparlamentar, não pode ser surpresa para ninguém o fato de não ser levada a sério uma representação brasileira. Ou será que há quem creia que as limitações impostas pelo AI-5, pela lei Falcão, pela própria legislação atual possam ser guardadas em segredo nos limites nacionais... É claro que não.

ESTUDANTES

Dividir é favorecer a reação

Sinais de divisão entre as lideranças do movimento universitário fizeram sua aparição no cenário pouco depois do início dos amplos movimentos do primeiro semestre e sofreram, em seguida, um perceptível agravamento. Certos setores da vida nacional não perderam tempo na tentativa de explorar estes problemas, sobretudo através de alguns órgãos de imprensa.

Vale a pena, a este respeito, lembrar qual é a posição dos comunistas: somos pela unidade mais ampla do movimento, unidade que consideramos decisiva para que ele obtenha sucesso em suas lutas, sejam elas específicas ou ligadas à problemática geral de nosso povo. Dessa unidade só estariam excluídos os partidários da ditadura e os que, apesar das aparências, trabalham objetivamente para ela. Estas caracterizações, por seu turno, não são feitas à base de rótulos, mas de propostas e atos concretos de indivíduos e entidades.

É nossa posição é esta por uma razão muito simples: consideramos as camadas médias urbanas — de cujos diversos movimentos de massas é o dos estudantes o mais importante — como aliadas fundamentais da classe operária, juntamente

Neste quadro, a participação de membros da oposição se apresenta também de forma ambivalente. Se é verdade que a recusa de entrevistas — não só o exemplo de Ulisses Guimarães, mas também de outros líderes — é uma forma de denunciar o regime (se o deputado não fala é porque teme represálias ao regressar), é o pensamento da maioria dos jornalistas estrangeiros; não deixa de ser também um trampolim para os que, no exterior, se beneficiam com a existência da ditadura e seus métodos de repressão sobre o nosso povo. «A presença do líder da oposição em uma representação parlamentar do País comprova que no Brasil não existe ditadura», é, por sua vez, a interpretação dos jornais conservadores ligados aos grupos econômicos que têm muito a ver com a super-exploração da classe operária no Brasil.

Tal raciocínio ajuda nosso povo? Absolutamente, não.

Evidentemente, não se trata de exigir o quixotesco aos líderes da oposição. A manutenção de sua atividade nos quadros da legalidade é uma exigência, e não há porque entregar à ditadura aquilo que ela busca sempre através da provocação e do arbitrio.

Respeitamos, portanto, a forma de agir do deputado Ulisses Guimarães.

Mas perguntamos, quem estabelece tal tipo de legalidade onde até mesmo o que se fala — melhor dizendo, até mesmo o que se conquistou como direito de expressão — dentro do País pode ser considerado ilegal, quando no exterior?

É, no mínimo, uma questão para refletir.

É justo que líderes da oposição integrem delegações governamentais desde que sejam obrigados a se limitar aos parâmetros impostos pelas proposições aceitáveis pelo regime? Se consideram que «roupa suja se lava em casa», não seria mais natural evitar a participação em tais delegações?

É inteiramente compatível com a atividade e a importância política do deputado Ulisses Guimarães, a sua saída do Brasil para um encontro com o Presidente Giscard D'Estaing. Mas, e evidentemente não seria o *Informe JB* quem citaria isto, não se pode dizer a mesma coisa se, logo depois de um encontro desse nível, o presidente do MDB aceite caucionar as «atividades internacionais» de um Eurico Resende.

com o campesinato, e não apenas no processo de derrota da ditadura, mas em todo o longo caminho para o socialismo. Em termos mais imediatos: as contradições que opõem os estudantes ao regime são abrangentes, não são deste ou daquele segmento, mas do conjunto, da grande maioria. É claro que os estudantes, tomados individualmente, encontram-se sob influências ideológicas e políticas diversas. Mas o seu movimento, como um todo, está, sempre esteve, em franca oposição ao regime.

A divisão, então, não perpassa as massas, que demonstram sua unidade a cada dia. Ela existe ao nível das correntes de opinião política. Tais correntes deveriam ser «abolidas», ou deveriam abrir mão de sua própria identidade, para o bem do movimento e felicidade de todos? É evidente que não. A cada nesga de democracia que puder ser praticada pelo movimento universitário corresponderá um alargamento da faixa possível de manifestação de opinião, o que é altamente salutar.

Mas o que torna as dissensões uma ameaça é a sua transformação em divisão do movimento, quando o velho golpismo pequeno-burguês leva à confusão entre

entidades representativas e correntes de opinião, ou a fazer daquelas meros biombo. Neste momento, dispensa-se a participação das massas, talvez por se considerar que elas não estão «à altura» das discussões. As lideranças estudantis se fecham em salas de diretórios para resolver «suas» questões — e o resultado é conhecido.

Que ninguém se iluda: a grande batalha do movimento universitário, o verdadeiro desafio, é a luta pela reconquista e consolidação de sua organização em todos os níveis, a começar dos mais elementares.

Quando entidades representativas são postas *democraticamente* em funcionamento, as divisões tendem a ser irrelevantes. Porque, para as questões que lhes dizem respeito e que atraem seu interesse, as massas universitárias, repetimos, estão essencialmente unidas. E o meio de dar forma a esta unidade, vital na luta contra a ditadura, é construir e reforçar a estrutura de organização do movimento. Quanto mais organizado estiver o movimento, tanto mais fácil será combater sua divisão, que serve a seus inimigos.

Descontrole e insegurança, os traços característicos de uma política econômica dependente

De algum tempo para cá, ficamos sabendo que são os árabes os culpados pelas desgraças que assolam nosso País. Do nosso e de outros, já que são dados como responsáveis pela crise econômica dos países capitalistas. O general Geisel e sua equipe é que nos ensinaram a lição.

Em seu último discurso aos banqueiros, em Manaus, a cantilena foi mais uma vez repetida. A verdade, entretanto, é bem outra. É conhecido o «modelo» econômico implantado no Brasil depois do golpe de 1964. Um de seus traços é o fato de, sistematicamente, importarmos mais do que poderíamos, tendo em vista a capacidade de pagamento que é dada pelo valor das exportações. E, com isso, gerar-se um processo crescente de endividamento do País para cobrir essas compras excedentárias.

Com a aplicação dessa política, vimos nossa dívida externa passar de 3,3 bilhões de dólares, em 1967, para 29 bilhões de dólares, em 1967. E que ninguém se iluda quanto à natureza desse processo: o nosso maior credor é o parceiro com quem nosso comércio mais frequentemente é deficitário são os EUA, e não os árabes, como parecem fazer crer alguns. Por outro lado, as tão faladas importações de petróleo representaram, nos últimos dois anos, isto é, já depois da alta, apenas 23% dos gastos totais com importações, enquanto que, no mesmo período, os gastos com importações de máquinas e equipamentos representaram 70%. A cruzada nacional para exportar — e, assim, regularizar nossa situação — é anulada no nascedouro: o pagamento do serviço da dívida externa (juros mais amortizações) consumiu, no ano passado, 44% do valor total das exportações. O que quer dizer que praticamente metade desse esforço todo vai direto para o pagamento de nossas dívidas.

Ficam claros os respectivos pesos do petróleo e da política econômica adotada no processo que levou à atual situação crítica de nosso balanço de pagamentos.

Mas o general Geisel é insistente. Ele repete suas explicações (e ainda vem pedir aos brasileiros que dêem sua «cota-parte de sacrifício» para salvar a pátria que

todos os dias ele e sua equipe cuidam de afogar um pouco mais). Diz ele que a diferença entre o mundo de hoje e o de 1973 não está só no fato de o preço do petróleo ter aumentado cinco vezes, mas decorre também do fato de os países cujas contas externas são superavitárias, não se dando conta de sua missão de salvadores do mundo, preferirem, ao invés de importar mais dos países subdesenvolvidos ou neles investir, fazê-lo no mercado financeiro internacional, não nos possibilitando nem um aumento das exportações e nem uma maior entrada de capital.

Em seguida, e não sem alguma surpresa — pois até algum tempo atrás o balanço de pagamentos e a dívida externa não constituíam problemas —, o general se diz incapaz de equilibrar nossas contas externas: «A tentativa de cada país importador de petróleo de equilibrar seu saldo em conta corrente pelos clássicos instrumentos monetários não passaria de um inútil jogo de soma de zeros, com reflexos tragicamente negativos para toda a humanidade. No mundo atual, não cabe buscar esse equilíbrio.»

O general passa um atestado de incompetência para resolver a crise (e, pelo menos neste sentido, não podemos deixar de reconhecer que ele começa a ser sincero...). Ele pretende dar a entender que sua equipe já fez tudo o que estava ao seu alcance, dependendo o resto agora de Deus, aliás, da boa vontade dos banqueiros e capitalistas internacionais.

Logo em seguida, porém, é reafirmada a linha básica de ação que seu governo vem utilizando para solucionar esse situação: restringir as importações, acelerar o processo de substituição de importações e, «em terceiro lugar, tanto no sentido de melhorar a balança comercial quanto no de *viabilizar o inevitável crescimento da dívida externa* (grifo nosso), tornar-se-lhe indispensável apoiar o rápido aumento das exportações com variada gama de incentivos fiscais, cambiais e creditícios».

O general, além de incoerente, fica devendo à Nação uma explicação de como as exportações, com o mundo atual em

crise, como ele constata, poderão fazer face ao crescimento *inevitável* de nossa dívida. É chocante o grau de irresponsabilidade desses senhores que, ocupando pela força o poder, arriscam os destinos duma nação inteira, sem consultá-la e contra ela, como se decidisse da sorte duma chinela velha. Em todo o caso, fica o general devendo uma explicação das leis divinas que determinam a inevitabilidade do crescimento da dívida externa brasileira. Alguns não se indagam qual é a lógica desse discurso do general. A quem quereria ele vender a imagem do pobre coitado inocente? Nós dizemos: em parte, ele pretende se justificar perante o povo brasileiro. Mas seu discurso tem outro endereço: o dos banqueiros internacionais. Pois a situação da dívida externa brasileira, repetimos, é crítica.

O grau de garantias que os banqueiros internacionais exigem para conceder empréstimos ao nosso País é cada vez mais elevado. Basta dizer que o risco de emprestar dinheiro ao Brasil é hoje considerado, por estes banqueiros, como maior do que o risco de emprestar à Argentina, à Bolívia ou ao Chile. Existe uma taxa que expressa a avaliação do risco que cada país representa — chamada *spread* — e que é somada à taxa de juros normal. Sua cotação, no mercado financeiro internacional, é, para os países citados: Argentina e Bolívia, 1,6%; Chile, 1,8%; Brasil, variando de 2,1% a 2,6%.

Apesar de continuarmos a ser «uma das melhores opções para investimentos», na opinião dos banqueiros, pois ofereceremos a «ordem», salários dos mais baixos do mundo e a oportunidade de fazer lucros fabulosos (a «bolada» que devemos é a «bolada» que eles lucram), isto já não basta. Garantias maiores são exigidas. Já se ofereceu a quebra do monopólio estatal do petróleo em troca da entrada de mais capitais e, mesmo assim, o preço do dólar que pedimos emprestado é cada vez mais elevado. Mas não é preciso se assustar: as fontes de empréstimo não secação, o imperialismo não pedirá a falência desse filão de ouro. O que vai acontecer é que, quanto mais estivermos com a corda no pescoço, mais regalias teremos de conceder aos nossos credores.

Sabemos que esse regime, que não representa nem os interesses do povo nem os da Nação, não poderá resolver esses problemas. Como não pôde até agora. Muito pelo contrário, agravou-os. Só quando o povo brasileiro tiver condições de decidir sobre seus destinos e defender seus interesses, com a democratização do País, é que poderemos começar a solucionar este e outros problemas.